

SAÚDE É DEMARCAR TERRA INDÍGENA!

O atual governo brasileiro tem implementado medidas que colocam em risco os direitos indígenas conquistados desde a Constituição Federal de 1988. Dentre eles, destaca-se o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que garante uma assistência diferenciada para os mais de trezentos povos indígenas presentes no Brasil. A tentativa do governo em municipalizar a saúde indígena, sem sucesso até o momento; a alteração, via medida provisória, da estrutura de funcionamento da Secretaria de Atenção à Saúde Indígena (SESAI); e a perda de autonomia dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) vem produzindo graves impactos na operacionalização da assistência à saúde a essas populações. Essas medidas se associam a um contexto mais amplo de precarização e desmonte da saúde pública no país, em um ataque frontal ao SUS e a diversas políticas específicas, tais como as de controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis e HIV-Aids.

Ainda que esse cenário se mostre desolador, sabemos que as populações indígenas foram capazes, no decorrer de suas histórias, de recriar seus mundos frente às situações mais adversas, como epidemias devastadoras e violências de toda sorte. Essas resistências estão fundamentalmente relacionadas às aberturas constantes de suas cosmologias a distintas alteridades, tais como parentes e outros diferentes tipos de gentes, relacionadas, dentre outros, às plantas e aos animais. Todos colaboram na produção de uma rica e complexa vida social, que tem se reafirmado a cada novo ataque do governo aos diferentes modos de existir.

Nós, aqui reunidos no Seminário “Sexualidades, Saúde e Povos Indígenas: regimes de cuidado, políticas de morte, direito à vida”, vimos fazer coro aos povos indígenas organizados, protagonistas na luta atual contra as “políticas de morte” em curso no país. Se queremos compreender e defender as diferentes perspectivas indígenas sobre saúde, torna-se fundamental alargar a nossa visão, atentando para a pluralidade de corpos e regimes de cuidado, além da multiplicidade de coletivos humanos e não humanos que povoam o ambiente ameríndio. Nos somamos então aos povos indígenas e seus parceiros, como os indigenistas, sanitaristas e à sociedade civil organizada, e exigimos que o Estado brasileiro cumpra sua função constitucional na garantia e ampliação dos direitos indígenas já conquistados, deixando de atuar na vulnerabilização desses povos. Nesse sentido, esperamos a realização da Sexta Conferência Nacional de Saúde Indígena, além do fortalecimento das políticas públicas federais abarcadas pelo Subsistema de Saúde Indígena. E, de maneira imprescindível e prioritária, a retomada imediata dos processos de demarcação de terras indígenas no país. Afinal, entendemos que saúde e terras indígenas, esses dois direitos constitucionais prioritários, são a única garantia de que esses povos possam, como perseguem diversas filosofias ameríndias, “viver bem”.

Adriana Athila (Fiocruz)

Cecilia McCallum (UFBA)
Diego Madi Dias (USP)
Elaine Moreira (UnB)
Íris Morais Araújo (Unicamp)
José Miguel Nieto Olivar (USP)
Juliana Rosalen (Instituto Iepé)
Julio Simões (USP)
Lucas da Costa Maciel (USP)
Luisa Elvira Belaunde (Universidad San Marcos – Peru)
Maial Paiakan Kaiapó (assessora jurídica para questões indígenas)
Maria Rossi Idarraga (UFRJ)
Maria Ximena Flores Rojas (UFRJ)
Marta Amoroso (USP)
Nelly Barbosa Duarte Dollis (UFRJ)
Patrícia Carvalho Rosa (Instituto Mamirauá)
Sueli Maxakali (UFMG)
Vanessa Lea (Unicamp/USP)
Yineth Munõz (Wigudun Galu – Panamá)